



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

LUCAS DE ALMEIDA RODRIGUES FONSECA



**PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE PARA A FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Brasília
2018

LUCAS DE ALMEIDA RODRIGUES FONSECA

**PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE PARA A FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, sob orientação do professor Dr. Zanei Ramos Barcellos.

Brasília
2018

LUCAS DE ALMEIDA RODRIGUES FONSECA

**PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE PARA A FACULDADE DE
COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Brasília, _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Zanei Ramos Barcellos

Prof.^aDra Ana Carolina Kalume Maranhão

Prof.^a Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

AGRADECIMENTOS

Ao professor Zanei Ramos Barcellos, que desde o início do projeto se mostrou entusiasmado e disposto a sempre agregar nas orientações deste trabalho.

À todos os professores incríveis que tive a oportunidade de encontrar ao longo da minha jornada acadêmica, e que foram partes fundamentais para o meu crescimento como pessoa e comunicador.

Aos professores que compõem a banca examinadora Ana Carolina Kalume, Rafiza Varão e Fernando Paulino, por aceitarem o convite de participar da minha defesa e por terem sido tão atenciosos neste processo.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e fizeram desta caminhada, um caminho cheio de saudosas lembranças.

E, especialmente, a minha mãe, que sempre me apoiou incondicionalmente, nunca medindo esforços para que eu pudesse sonhar, me mostrando que devemos sempre ir atrás daquilo que acreditamos.

RESUMO

Existe no Brasil, uma parcela considerável da população que declara apresentar algum tipo de deficiência, chegando a representar 24% da população, segundo censo do IBGE. Essas pessoas, hoje, contam com o avanço nas leis, normas e decretos que garantem o direito à acessibilidade em suas mais variadas esferas. Entretanto, na prática, pessoas com deficiência ainda têm seus direitos negligenciados. Este trabalho, tem como objetivo abordar questões relacionadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, tendo como foco a acessibilidade no ensino da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), fazendo um levantamento dos conteúdos dos cursos nela ofertados e nos espaços físicos, para verificar se há previsto medidas de acessibilidade. Por meio de levantamento bibliográfico, de leis e normas relativas à acessibilidade e análises das ementas das disciplinas ofertadas e observação dos espaços físicos da faculdade, este trabalho propõe mudanças no conteúdo das ementas das disciplinas ofertadas nos cursos de Comunicação da FAC - UnB, e nos espaços físicos, como forma de inserir a acessibilidade.

Palavras chave: acessibilidade, deficiência, ensino inclusivo, comunicação.

ABSTRACT

There is a considerable part of Brazil's population that declares to present some type of disability, representing 24% of its population, according to the IBGE census. These people today are counting on the progress in the laws, norms and decrees that guarantee the right to accessibility in its most varied spheres. However, in practice, people with disabilities still have their rights neglected. This work aims to address issues related to accessibility and inclusion of people with disabilities, focusing on inclusive education, having the Communication Faculty of the University of Brasilia (UnB) as object of analysis, making a survey of the courses's contents that are offered in it and in the physical spaces, in order to verify if there are measures of accessibility. By means of a bibliographical survey, laws and norms regarding the accessibility, analysis of the menus of the subjects and observation of the physical spaces of the faculty, this work proposes changes in the contents of the menus of the disciplines offered in the courses of Communication of FAC - UnB, and in its physical spaces, as a way of inserting accessibility.

Key words: accessibility, deficiency, inclusive education, communication.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

8

2 LEGISLAÇÃO

11

3 DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

13

3.1 Acessibilidade na comunicação

15

3.1.1 Estado da arte da pesquisa e prática

16

3.1.2 Principais ferramentas de acessibilidade

17

3.1.2.1 A tradução audiovisual

17

3.1.2.2 Closed Caption

18

3.1.2.3 Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)

18

3.1.2.4 Voice-over

18

3.1.2.5 Audiodescrição

19

3.1.2.6

Dublagem

21

4 PESQUISAS EMPÍRICAS

22

4.1 Acessibilidade e currículo de disciplinas

22

4.2 Acessibilidade nos espaços físicos

22

4.3 Metodologia

23

5 RECORTE DAS PESQUISAS

25

5.1 Conteúdos das Ementas

25

5.2 Acessibilidade a espaços físicos e equipamentos

31

6 PROPOSTAS PARA APRIMORAR A ACESSIBILIDADE NOS CURRÍCULOS INSTALAÇÕES DA FAC

33

6.1 Propostas para acessibilidade de disciplinas

33

6.2 Propostas para acessibilidade de espaços físicos

34

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

36

BIBLIOGRAFIA

38

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, aproximadamente 24% da população apresenta algum tipo de deficiência, representando o equivalente a 46 milhões de cidadãos, números estes que foram divulgados pelo censo do IBGE de 2010.

Nota-se que a inserção de indivíduos portadores de deficiência na sociedade é de extrema importância, tendo em vista que os mesmos representam um número expressivo. No entanto, avanços e discussões sobre o tema acessibilidade tardaram a serem propostos e postos em prática. Ainda que de forma superficial, a Constituição de 1988, previu debates acerca do tema, sendo seguida por projetos de lei em relação ao acesso à informação, educação, mercado de trabalho e a acessibilidade de espaços físicos.

Mesmo com os avanços já tidos através de iniciativas governamentais, nota-se, que há uma grande defasagem em relação ao ensino para pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com o IBGE, 61,1% das pessoas com algum tipo de deficiência declarada, não apresentam instrução formal ou apenas têm o ensino fundamental incompleto. O número em relação ao ensino superior é bem pequeno. Apenas 6,7% chegam a concluí-lo.

No âmbito da comunicação, a acessibilidade, por muitas vezes não é abordada e posta em prática pelos veículos de comunicação. Ainda que haja projetos e normas que garantam às pessoas com deficiência o acesso à informação em grade de conteúdo de televisão aberta, como previstos nas portarias nº 310 de 2006 e 188 de 2010, pouco se é veiculado para este público alvo. Desta forma, uma grande parcela da população, que consome informação e conteúdos midiáticos, acaba sendo esquecida.

Uma possível alternativa para incentivar o debate e melhorias em relação ao tema acessibilidade, seria uma nova forma de se pensar e fazer comunicação, através de cursos de Comunicação Social, com uma visão aberta sobre o assunto, capazes de propor melhorias e formas inclusivas de desenvolver produtos comunicacionais. No entanto, percebe-se, conforme será demonstrado adiante, que os currículos dos cursos de comunicação da Universidade de Brasília, foco deste trabalho, não apresentam, em suas ementas, temas acerca da acessibilidade.

O objetivo geral desta pesquisa é propor medidas a serem implementadas na FAC/UnB voltadas à formação de comunicadores habilitados à elaboração de produtos comunicacionais mais inclusivos e à melhora da acessibilidade aos seus espaços físicos.

Como objetivos específicos, tem-se:

- Fazer um levantamento sobre as leis, normas, resoluções e decretos sobre a acessibilidade no Brasil.
- Fazer uma breve sondagem acerca do estado da arte na área da comunicação acessível. Analisar a Programação com Audiodescrição na TV Brasileira.
- Analisar as ementas das disciplinas ofertadas pelos cursos de Comunicação da Universidade de Brasília para verificar se o tema acessibilidade é contemplado.
- Observar os espaços físicos da FAC UnB, para propor melhorias em relação à acessibilidade de espaços físicos.

O presente trabalho tem como pergunta norteadora a seguinte pergunta de pesquisa: quais medidas de acessibilidade podem ser implementadas na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB) para melhorar o acesso dos estudantes com deficiências aos seus cursos e dependências, e para formar profissionais comunicadores capazes de elaborar produtos comunicacionais mais inclusivos?

A metodologia deste trabalho, consiste na contextualização de temas voltados à deficiência e acessibilidade por meio de pesquisas de referenciais bibliográficos, na conceituação do que é deficiência, no estabelecimento da relação entre deficiência e comunicação nas pesquisas teóricas comunicacionais e nas suas práticas do mercado, no levantamento em bases de dados e documentação impressa das leis, emendas e decretos que asseguram os direitos de pessoas com deficiência. A metodologia também consiste de pesquisas empíricas para levantar se as ementas dos cursos da FAC contemplam o ensino da acessibilidade e se suas instalações físicas são adequadas aos deficientes.

Este trabalho de conclusão de curso foi dividido em sete capítulos. O

primeiro é a presente Introdução ao tema. No segundo capítulo são apresentadas as normas, resoluções, leis e decretos pertinentes à acessibilidade de forma geral e especificamente em relação à educação, passando pelos avanços em relação ao acesso à informação e normas de acessibilidade em espaços físicos. O terceiro capítulo aborda estado da arte da pesquisa acadêmica em comunicação e acessibilidade, relaciona as principais ferramentas de acessibilidade aos produtos comunicacionais e resume como está sua aplicação nos principais meios de comunicação de massa. Em seguida, no quarto capítulo é dedicado às pesquisas empíricas feitas neste trabalho. O quinto capítulo, aborda o recorte das pesquisas e às análises dos dados levantados relacionados à acessibilidade nas ementas dos currículos das disciplinas ofertadas pelos cursos da FAC e à falta de acessibilidade aos seus espaços físicos. O sexto capítulo apresenta e justifica as propostas de mudanças nas ementas e nas instalações físicas da faculdade. O capítulo final, por sua vez, tece algumas considerações resultantes do desenvolvimento teórico e empírico deste trabalho.

2 LEGISLAÇÃO

Há um grande avanço desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que já previa, ainda que de forma bastante superficial, debates acerca da acessibilidade. No artigo 227, foi estabelecido que “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988). Os avanços continuaram a aparecer anos depois quando a lei nº8.213/1991, prevê a existência de cotas para pessoas com deficiência dentro dos ambientes de trabalho.

No ano 2000, duas grandes leis federais regulamentaram o tema acessibilidade. A lei 10.048, elaborada pelo poder executivo, prevendo a prioridade no atendimento para pessoas com deficiência, sujeito a penalidades em caso de seu descumprimento. A segunda lei, 10.098, elaborada pelo poder executivo, trata de regras na implantação da acessibilidade em relação a meios físicos, comunicação, informação e transporte.

A acessibilidade na comunicação e informação, ganha regulamentação através da norma complementar nº 01 de 2006, aprovada e depois alterada pelas portarias nº 310 de 2006 e 188 de 2010. “Dispõe sobre recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Portaria nº 310 de 27 de junho de 2006, 2006), recursos como a dublagem, legenda oculta e audiodescrição.

Como avanço mais recente, a portaria nº 188 de 2010, prevê uma última alteração na obrigatoriedade de veiculação de recursos de acessibilidade. Segunda a portaria, as emissoras deverão, até 2020,

disponibilizar vinte horas semanais de sua programação com recursos de acessibilidade no mínimo.

Em relação a medidas voltadas à acessibilidade de espaços físicos pode-se ressaltar a criação de políticas públicas que visam impulsionar a melhoria.

A Norma Brasileira NBR 9050 (BRASIL, 2004, p.2), salienta a importância de iniciativas voltadas para o tema. “É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

O Decreto nº 5.296/2004, regulamenta e estabelece que:

Normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determine que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;

A acessibilidade de espaços físicos dentro do ambiente escolar, seja ele básico, médio ou superior, é um fator determinante em relação ao acesso e o ingresso de pessoas portadoras de deficiência.

Duarte e Cohen (2004, p.2) afirmam que:

Uma grande parcela da população brasileira ainda não tem acesso à educação, particularmente, os portadores de necessidades especiais. Essas 11 situações se devem tanto a uma inadequada configuração dos espaços físicos como, principalmente, à falta de conscientização de profissionais, de planejadores e gestores sobre as reais necessidades e peculiaridades de acesso de muitas pessoas com dificuldades físicas, motoras e /ou sensoriais.

Há previstas no Documento Orientador do Ministério da Educação - MEC (2013), medidas voltadas ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, voltadas à currículo, disciplinas e extensão:

Segundo propostas divulgadas no documento:

A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistida e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras. Programas de extensão: a participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por

intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

A Universidade de Brasília, dispõe do o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UnB – PPNE. Criado no ano de 2009, vinculado à Vice-Reitoria, o programa tem como objetivo

Proporcionar condições de acesso e permanência desses estudantes no ensino superior. O PPNE tem o objetivo de estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais na UnB e assegurar sua inclusão na vida acadêmica, por meio da garantia de igualdade de oportunidades e condições adequadas para o seu desenvolvimento na universidade.

3 DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

De acordo com o censo do IBGE, de 2010, no Brasil, aproximadamente 24% da população apresenta algum tipo de deficiência, número que representa quase 46 milhões de brasileiros que apresentam uma deficiência e necessitam de cuidados. Representando 18,8% da parcela da população, a deficiência visual prevalece dentre as demais, seguida da deficiência motora 7,0%, deficiência auditiva 5,1% e deficiência intelectual 1,4%. Com base nos dados acima citados, discutir a acessibilidade e promover a inclusão desses indivíduos na sociedade, torna-se imprescindível. Segundo Sasaki “inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana” (2009, p. 10). Para uma melhor adequação e inclusão desta parcela da comunidade, faz-se necessário a participação dos mesmos na discussão e políticas acerca do tema.

A acessibilidade torna-se o ponto inicial quando se discute inclusão. Segundo a lei 10.098 de 2000, inciso I do artigo 2º, acessibilidade refere-se à:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 2000).

Para uma melhor compreensão dos debates aqui propostos e temas a

ele relacionados, este trabalho visa explorar e contextualizar nomenclaturas e pontos correlacionados ao tema de acessibilidade da comunicação.

É de suma importância, contextualizar o contexto de deficiência, para que se possa ter uma visão mais assertiva sobre os temas que se desdobram deste primeiro.

Segundo a ABNT, NBR 9050/2004, deficiência é definida como:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. (2004,p.3)

O Decreto n 5.296 de 2004, estabelece as categorias de deficiência a seguir:

I - **pessoa portadora de deficiência**, além daquelas previstas na lei n10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função mono paralisia Completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, qual a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

II - Pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da

mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Gilberta de Martino Jannuzzi (2004), em seu livro *A educação do deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI* conceitua que a noção de deficiência se forma partindo do que a sociedade encara como “normal” e “anormal”, para a autora:

A definição da “anormalidade” está, neste sentido, profundamente condicionada pelas conveniências da “normalidade”. Trata-se de um processo ativo, mais ou menos consciente, de segregação de uma parcela da população, portadora de comportamentos dissonantes das expectativas dominantes da sociedade (JANNUZZI,2004, p.2)

Para a autora, o conceito de deficiência é formado partindo de um ideal da sociedade que acaba por não corresponder algo real e natural, mas sim algo da expectativa de um momento social.

É visto que os grupos de pessoas com algum tipo de deficiência física, que por vezes acabam ficando marginalizados, têm ganhado cada vez mais espaço e voz na sociedade Brasileira.

Faz-se também necessário a definição e contextualização do termo acessibilidade para uma melhor compreensão do tema.

Muitos são os conceitos para os termos acessibilidade. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), “É a possibilidade de condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (ABNT, NBR 9050/2004, p.2)

Nos termos da Lei Brasileira nº 10.098/2000 há estabelecido critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida:

Art.2º I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações mc dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Outro conceito relevante para este trabalho é o conceito de inclusão. O autor Sarraf aponta o conceito de inclusão desenvolvido por Romeu Kazumi Sasaki (2009):

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o “portador de deficiência” (sic) procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer,

nos serviços de saúde etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos da sua vida. (SASSAKI *apud* SARRAF, 2008, p.5)

Sassaki conceitua também a acessibilidade como sendo “uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. (SASSAKI, 2009, p.2)

3.1 ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO

Para melhor entender temáticas acerca dos temas relacionados à acessibilidade na comunicação, faz-se necessário explorar e mostrar um panorama de apresentação acerca do estado da arte da pesquisa e da prática da inclusão na comunicação e abordar também exemplos dos principais recursos de acessibilidade à comunicação, com a utilização da tradução audiovisual.

3.1.1 Estado da arte da pesquisa e prática

O campo da pesquisa em Comunicação voltada às questões de acessibilidade, vem ganhando espaço de discussão com estudos, publicações e congressos com o intuito de pensar melhorias na área, e um modelo de comunicação que contemple pessoas com deficiência.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresenta editais voltados ao financiamento de do desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade. O Edital nº 3/2018, que teve como objetivo estimular o desenvolvimento de ferramentas existentes para uso público como forma de democratização ao acesso, e selecionou seis projetos para serem contemplados.

Há, no âmbito de discussões sobre temas voltados à acessibilidade, uma crescente. Universidades Públicas Brasileiras têm desenvolvido congressos e encontros para o debate e apresentação de trabalhos na área, como o 2º Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica, que ocorreu no ano de 2017. O encontro contou com membros de Universidades Públicas do Brasil, Argentina e

Uruguai (Unesp, USP, UFSCar, UFSC, UEM, UFPR, UFRRJ, UNNE, UDELAR e UNL).

Pesquisadores como Kelly Scoralick e Paulo Cajazeira, são alguns dos nomes que desenvolvem pesquisas voltadas à promoção da acessibilidade no campo da comunicação. Scoralick, doutora em comunicação pela UFRJ, publicou trabalhos relacionados à Audiodescrição no Jornalismo, direito à informação e temas relacionados à inclusão. Cajazeira, desenvolveu, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), juntamente com estudantes de jornalismo, um manual voltado ao uso da audiodescrição e legendamento.

Na universidade de Brasília, foi criado na disciplina Campus multimídia, um projeto de jornal experimental, coordenado pelo professor Prof. Zanei Barcellos, com iniciativas voltadas ao uso de recursos de acessibilidade, como a ferramenta para cego ver e edições de programas com o uso de libras.

Ao observar os veículos de comunicação de TV, nota-se que o uso de recursos de acessibilidade é usado, no entanto, de forma bastante incipiente. Um recurso comumente utilizado é o closed caption, transcrição do áudio em forma de legenda, presente em grande parte da grade de conteúdos jornalísticos e de entretenimento. Em sites de jornais, o uso da acessibilidade tem sido implementado, mesmo que de forma inicial. A Folha de São Paulo, por exemplo, apresenta em seu jornal online recursos que possibilitam mudar o tamanho da fonte, contraste da página e também o idioma a ser lido, como uma forma de tornar os conteúdos acessíveis para pessoas com deficiência. O jornal Correio Braziliense, disponibiliza em seu portal, recursos de leitura sintetizada para cegos e libras.

3.1.2. Principais ferramentas de acessibilidade

Ao se tratar de ferramentas de acessibilidade, nos conteúdos audiovisuais, tem-se a tradução audiovisual, em suas variações e diferentes modalidades, como um instrumento de promoção do acesso à tais conteúdos por parte de pessoas com algum tipo de deficiência. A fim de conceituá-los e exemplificá-los, serão expostos conceitos e, suas determinadas

particularidades, das modalidades presentes na tradução audiovisual.

3.1.2.1 A tradução audiovisual

Muitos são aqueles que acreditam que a tradução está apenas ligada ao ato de fazer a transcrição literal de uma língua para outra. No entanto, a tradução vai além do eixo fala-escrita, sendo um campo bastante vasto.

Gambier (2004), define a tradução audiovisual como sendo:

A tradução audiovisual (TAV) é a tradução das mídias que incluem também as adaptações ou edições feitas pelos jornais, revistas, as notas de agência de notícia, etc. Ela pode ser percebida igualmente numa perspectiva das traduções de multimídias que afetam produtos e serviços on-line (internet) e off-line (CD-ROM). Finalmente, não está desvinculada da tradução de HQs, de teatro, ópera, livros ilustrados e todos os outros documentos que misturam diferentes sistemas semióticos. (GAMBIER, 2004, p. 1)

Gambier (2004), define as diferentes modalidades que fazem parte da tradução audiovisual: Dublagem; Legendagem Intralingual, Supra-legendagem, Legendagem Interlingual, Legendagem ao vivo ou em tempo real; Voice-over ou Half Dubbing; Interpretação; Narração; Comentário (livre); Tradução a vista ou simultânea; Cenário ou tradução de roteiro; Audiodescrição; Produções multilíngues.

3.1.2.2 Closed Caption

Closed Caption é um recurso também chamado de legenda oculta, comumente utilizado por veículos de comunicação, como uma forma de recurso voltado à acessibilidade. O recurso tem como objetivo: “permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar o que está sendo dito nos programas transmitidos pela televisão. Todo o áudio da programação é transcrito por um software, em tempo real, e aparece como legenda na tela”. (GLOBO,2017)

3.1.2.3 Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)

A utilização da legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), consiste na técnica de tradução intralinguística (texto de partida e chegada na mesma língua), onde é transcrito sons para palavras, com a utilização, em forma de grifos, de sinalizações referentes à sons e efeitos sonoros que,

podem não ser captados pelo espectador com algum tipo de deficiência auditiva.

Segundo Vera Araújo, Sílvia Monteiro e Patrícia Vieira:

A LSE deve seguir os mesmos padrões da legenda comum, com o acréscimo das informações adicionais, como a identificação de falante (“Patrícia”, “Malena” e “Vera”) e de efeitos sonoros (“passos na escada”, “um grito de terror”). No que diz respeito aos efeitos sonoros, é preciso transformar os sons em palavras para que o surdo possa associar a trilha sonora ao enredo do filme, já que sabemos que o som no cinema também tem significado dentro do filme. (ARAÚJO, V.; MONTEIRO, S.; VIEIRA, P 2013, p.287)

3.1.2.4 Voice-over

Voice-over, é, assim como a dublagem, uma tradução pré-gravada. No entanto, esta não substitui o áudio original, se sobrepondo ao já presente. O voice-over se caracteriza:

1. por ser uma tradução audiovisual interlingual usada para produtos audiovisuais estritamente pertencentes ao gênero de não-ficção, tais como documentários, noticiários com entrevistas pré-gravadas, programas de entrevistas pré-gravados, debates políticos etc. Tradicionalmente, os países que costumam usar a dublagem para a ficção tendem a usar o voice-over para programas de não-ficção. O objetivo principal dessa tradição é dar prioridade à língua da cultura receptora, como acontece na Alemanha e França; 2. Pela ausência de sincronismo labial, embora seja de extrema importância a sincronia com a duração do discurso em língua estrangeira e com a imagem. Em relação à imagem, podemos falar em sincronismo cinético, quando o discurso deve combinar com os movimentos do corpo (por exemplo, quando o falante está apontando para algo) e sincronismo de ação, que impõe uma certa ordem no discurso do falante, limitando inversões sintáticas que poderiam ocorrer para uma melhor fluidez na língua-alvo; e 3. Pela co-presença do discurso em língua estrangeira, em volume baixo, ao qual se sobrepõe o discurso em língua de chegada. (FRANCO, E. C. P.; ARAUJO, V. S., 2011)

3.1.2.5 Audiodescrição

A audiodescrição é um recurso que tem como objetivo tornar produções audiovisuais, acessíveis para pessoas com deficiência visual. A audiodescrição tem por característica transformar o visual em verbal, através da descrição dos aspectos visuais de um produto audiovisual a fim de proporcionar um entendimento e compreensão da narrativa audiovisual. Deste modo, a audiodescrição permite possibilidades de acesso à cultura e informação para indivíduos que possuem deficiência visual.

Segundo Alves, Teles e Pereira:

Essa operação, porém, não é simples e requer grande perícia do tradutor/ audiodescritor. Pois não se trata, apenas, de descrever o que se vê, mas o que é importante para a compreensão da organização semiótica da obra. Um filme, por exemplo, não é só imagens, é composto também por diálogos, sons, textos que, se não levados em conta pela audiodescrição, esta acabará por prejudicar seu entendimento (ALVES, TELES e PEREIRA, 2011, p. 11).

A audiodescrição está presente juntamente com a imagem que está sendo mostrada em tela. No entanto, a mesma não se sobrepõe aos sons principais do conteúdo audiovisual. O recurso, é adicionado nos espaços entre falas e efeitos sonoros que são importantes para a trama, onde não acarretará prejuízos no entendimento da narrativa.

Como anteriormente observado, o número de Brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência é de aproximadamente 46 milhões, representando quase 24% da população. Tais estatísticas, ilustram uma audiência em potencial, que é, por vezes, ignorada e negligenciada pelos grandes veículos de comunicação.

Segundo Franco e Silva (2010, p. 31), a audiodescrição, no Brasil, foi utilizada pela primeira vez em 2003, durante um festival temático chamado “Assim vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre deficiência”.

Em 2005, foi lançado em DVD o primeiro filme contendo audiodescrição do país, *Irmãos de Fé*, seguido de *Ensaio sobre a Cegueira* em 2008.

Em 2006 e 2007, filmes audiodescritos foram exibidos no Festival de Cinema de Gramado e no Festival Internacional de Curta-Metragens. No ano seguinte, promovida pela marca Natura, foi veiculada a primeira propaganda acessível para pessoas com deficiência visual na televisão. No ano de 2009, o primeiro espetáculo teatral e o primeiro espetáculo de dança a conterem o recurso de audiodescrição foram exibidos em São Paulo e Salvador, respectivamente. No mesmo ano, a primeira ópera audiodescrita, *Sansão e Dalila* (de Camille Saint- Saëns, 1877), pode ser assistida em Manaus.

Todas essas ações pioneiras foram amplamente bem recebidas. Contudo, sua continuidade tem dependido muito mais de iniciativas privadas do que do apoio das autoridades dos meios de comunicação no que diz respeito ao cumprimento da lei que garante o acesso da população brasileira com deficiência visual aos meios audiovisuais. Desde a promulgação da lei 10.098 (BRASIL,

2000), regulamentada pelo Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), alterado pelo Decreto 5.645 (BRASIL, 2005) e pelo Decreto 5.762 (BRASIL, 2006b), o recurso da audiodescrição tornou-se um direito garantido pela legislação brasileira. Após consulta e audiências públicas e a oficialização da Norma Complementar nº1 (BRASIL, 2006ª), as emissoras de TV foram obrigadas a oferecer, num prazo máximo de dois anos, duas horas diárias de sua programação com audiodescrição. A quantidade de horas diárias deveria aumentar gradativamente para que, num prazo máximo de dez anos, ou seja, 2016, toda a programação estivesse acessível. No entanto, desde que o referido prazo foi vencido, em 27 de junho de 2008, três portarias já foram publicadas, numa clara demonstração de que os interesses das emissoras de TV ainda falam mais alto (FRANCO e SILVA, 2010, p. 32-33).

O professor Maurício Santana, divulgou os programas de grade em TV aberta brasileira que fazem uso dos recursos de audiodescrição:

TV Globo – Tela Quente, Temperatura Máxima, Domingo Maior e Supercine; SBT – Chaves; Record – Filmes/seriados; RedeTV – Estavam com AD em filmes/seriados, mas atualmente não estão usando o recurso; Band –Band Kids (manhãs, segunda a sexta). Nesta temporada, estão com AD as séries “Violetta”, “Supah Ninjas”, “Victorious” e “I Carly” e também o seriado “Como conhecer sua mãe”, exibido nas noites de quarta e sextas-feiras; TV Cultura – Vila Sésamo; TV Aparecida, com filmes e seriados. (SCORALICK, 2009, p.11).

A doutora em Comunicação Kelly Scoralick, divulga dados sobre outros programas audiodescritos que foram veiculados em grade aberta: Em setembro de 2013 a Rede Globo, disponibilizou pela primeira vez em sua grade de conteúdos um programa audiodescrito fora da grade dos filmes, o Criança Esperança. E em 24 de abril de 2015 exibiu o Globo Repórter com AD. (SCORALICK, 2009, p.12).

No campo do jornalismo brasileiro, o recurso de audiodescrição ainda não foi utilizado. O tempo para a AD é ínfimo no telejornalismo justamente por haver poucos “silêncios” para inserção das falas audiodescritas. (SCORALICK, 2009, p.12).

3.1.2.6 Dublagem

A dublagem consiste na gravação de falas posteriormente ao processo de filmagem ou gravação das imagens. Tem como objetivo manter uma sincronia com o movimento labial das personagens.

4 PESQUISAS EMPÍRICAS

Este trabalho tem por objetivo, realizar duas pesquisas empíricas como forma de analisar se há previsto acessibilidade no âmbito das disciplinas que são ofertadas na Faculdade de Comunicação da UnB, por meio de análises de ementas, assim verificar a acessibilidade nos espaços físicos.

4.1 Acessibilidade e currículo de disciplinas

Debates e iniciativas que contemplem temáticas voltadas à

acessibilidade ainda apresentam um caráter superficial dentro dos espaços universitários, como, por exemplo, as discussões tidas nos cursos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, foco deste trabalho. Muito se é pensando em relação a produção de conteúdos comunicacionais, mas pouco ou quase nada, se é pensado em relação a torná-los acessíveis.

Para verificar se a acessibilidade está incluída nos cursos de Comunicação da Universidade de Brasília, foram analisados dados contidos nos sites da Faculdade de Comunicação -UnB, e o site do MatriculaWeb - UnB, durante o período do mês de agosto.

Fazendo uso do computador pessoal para leituras, foram compilados dados de 124 ementas, dos quatro cursos de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. As ementas foram lidas e uma análise foi feita, como forma de analisar se as mesmas contemplam ou não acessibilidade.

Após a leitura das ementas, foram desenvolvidos quadros, separados pelos diferentes cursos da tidos na Faculdade de Comunicação, com os dados obtidos. Nos quadros, são apresentados os nomes das disciplinas e se há ou não acessibilidade prevista.

4.1. 2 Acessibilidade nos espaços físicos

Como forma de fazer um levantamento acerca dos espaços físicos da Faculdade de Comunicação da UnB, e verificar se o ambiente é ou não acessível, foi feito uma análise de observação no local.

Durante o mês de setembro, visitas às instalações foram feitas, como forma de verificar os espaços físicos da Faculdade. Salas de aula, corredores, espaços de convivência e laboratórios foram visitados e observados. Também foi feita uma observação em relação a aparelhagem e softwares tidos nos laboratórios.

4.3 Metodologia

Método são os passos ou procedimentos intelectuais e técnicos necessários para se atingir o conhecimento (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Metodologia, por sua vez, é o “estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 12). Ou seja, é a escolha de um determinado trajeto - método - que é mais adequado para se chegar em um determinado fim.

O presente trabalho utiliza dois procedimentos metodológicos, o primeiro, utilizado nas pesquisas voltadas para análise das ementas dos cursos de comunicação da FAC UnB, é a metodologia de análise de conteúdo, onde: é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005, p. 15). Bardin (1977, p.31), conceitua a análise de conteúdo como não só um instrumento, mas um “leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos (PUGLISI; FRANCO, 2005, p. 25).

A segunda metodologia tida neste trabalho, usada para analisar os espaços físicos da Faculdade de Comunicação UnB, é a metodologia de observação, que, segundo Gil (1999), nada mais é que o uso dos sentidos com o intuito de adquirir conhecimentos necessários para o dia-a-dia, podendo, porém, ser utilizada para fins científicos, desde que tenham um objetivo formulado de pesquisa. De acordo com Kaplan (1969, p. 132) “...em ciência, observação é a procura do que está encoberto, não apenas porque está encoberto, mas porque o seu desvelamento facilitará uma íntima, bem fundamentada e produtiva relação com o mundo”.

Este trabalho, fará uso do tipo de análise de dados quali-quantitativa, pois fará um levantamento predominantemente voltado para dados qualitativos, porém tendo dados representados em números, mesmo que em menor quantidade.

Segundo, Dalfovo, Michael Samir; Lana, Rogério Adilson; Silveira, Amélia, algumas características dos estudos qualitativos são:

- Os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos;
- A análise de dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento destes;

Os estudos apresentam-se de forma descritiva, com enfoque na compreensão à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências;

A teoria é construída por meio de análise dos dados empíricos, para posteriormente ser aperfeiçoada com a leitura de outros autores;

A interação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, razão pela qual se exige do pesquisador diversos aperfeiçoamentos, principalmente em técnicas comunicacionais;

A integração de dados qualitativos com dados quantitativos não é negada, e sim a complementaridade desses dois modelos é estimulada. A pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. ”
DIEHL (2004)

5 RECORTE DAS PESQUISAS

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos pelas pesquisas empíricas voltadas às ementas das disciplinas ofertadas pelos cursos de Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB, assim como os espaços físicos da mesma. Será feito também, uma análise dos dados obtidos a fim de verificar se há ou não medidas de acessibilidade previstas.

5.1 Conteúdos das ementas

Na instituição, são ministrados os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Audiovisual, e Comunicação Organizacional. No total, os cursos contêm aproximadamente 124 disciplinas obrigatórias em seus currículos, algumas fazem parte dos diferentes cursos, divididas em 30 disciplinas no curso de Jornalismo, 29 em Publicidade e Propaganda, 37 em Audiovisual e 28 em Comunicação Organizacional.

Os quadros a seguir, apresentam, após terem sido verificadas e lidas as ementas das disciplinas, os resultados obtidos pela análise, divididos pelos diferentes cursos da Faculdade de Comunicação da UnB.

Quadro 1 - Acessibilidade nas ementas dos cursos de Jornalismo.

História do Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Introdução à Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Comunicação e Universidade	Acessibilidade não contemplada
Introdução ao Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Oficina de Texto	Acessibilidade não contemplada
Ética e Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Teorias da Comunicação I	Acessibilidade não contemplada
Apuração e Texto Jornalístico I	Acessibilidade não contemplada
Fotojornalismo	Acessibilidade não contemplada
Processos Gráficos em Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Legislação e Direito à Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Jornalismo em Rádio I	Acessibilidade não contemplada
Webdesign em Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Webjornalismo	Acessibilidade não contemplada
Teorias do Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Estética da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Empreendedorismo e Gestão da Comunicação	Acessibilidade não contemplada

Jornalismo em TV1	Acessibilidade não contemplada
Assessoria de Comunicação I	Acessibilidade não contemplada

Comunicação e Sociedade	Acessibilidade não contemplada
Campus Multimídia	Acessibilidade não contemplada
Políticas de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Jornal Campus	Acessibilidade não contemplada
Jornalismo em Rádio 2	Acessibilidade não contemplada
Jornalismo em TV 2	Acessibilidade não contemplada
Assessoria de Comunicação 2	Acessibilidade não contemplada
Pré-Projeto em Jornalismo	Acessibilidade não contemplada
Estágio obrigatório	Acessibilidade não contemplada
Projeto final em Jornalismo	Acessibilidade não contemplada

Fonte: Autor com base nos dados obtidos pelo site da Faculdade de Comunicação e Matriculaweb

Quadro 2 - Acessibilidade nas ementas dos cursos de Publicidade e Propaganda.

Comunicação e Universidade	Acessibilidade não contemplada
Introdução a Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada
Oficina Básica de Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Introdução à Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Oficina de Texto I	Acessibilidade não contemplada
Fundamentos da Comunicação Visual	Acessibilidade não contemplada
Teoria da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Ética na Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Administração Publicitária	Acessibilidade não contemplada
Introdução à Fotografia	Acessibilidade não contemplada
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Tecnologias de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Marketing em Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada
Fotografia Publicitária	Acessibilidade não contemplada
Criatividade em Publicidade	Acessibilidade não contemplada
Mídia e Gerenciamento de Contas	Acessibilidade não contemplada
Direção de Arte em Artes Gráficas	Acessibilidade não contemplada
Planejamento Publicitário	Acessibilidade não contemplada
Redação Publicitária	Acessibilidade não contemplada
Pesquisa Publicitária	Acessibilidade não contemplada

Estética da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Legislação e Regulamentação Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada

Laboratório em Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada
Produção Publicitária Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Políticas de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Publicidade e Sociedade	Acessibilidade não contemplada
Pré-Projeto Experimental em Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada
Comunicação e Sociedade	Acessibilidade não contemplada
Projeto Experimental em Publicidade e Propaganda	Acessibilidade não contemplada

Fonte: Autor com base nos dados obtidos pelo site da Faculdade de Comunicação e Matriculaweb

Quadro 3 - Acessibilidade nas ementas dos cursos de Audiovisual.

Fundamentos de Comunicação Visual	Acessibilidade não contemplada
Oficina de Texto	Acessibilidade não contemplada
Introdução à Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Oficina Básica de Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Comunicação e Universidade	Acessibilidade não contemplada
História do Cinema	Acessibilidade não contemplada
Linguagem Cinematográfica Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Teoria da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Introdução à Fotografia	Acessibilidade não contemplada
Ética na Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Cinema Brasileiro	Acessibilidade não contemplada
Tecnologias de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Introdução a Linguagem Sonora	Acessibilidade não contemplada
Teoria Estética Cinema Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Documentário 1	Acessibilidade não contemplada
Estética da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Argumento e Roteiro	Acessibilidade não contemplada
Roteiro, Produção e Realização em Áudio	Acessibilidade não contemplada
Direção de Atores	Acessibilidade não contemplada

Direção	Acessibilidade não contemplada
Produção	Acessibilidade não contemplada
Fotografia e Iluminação 1	Acessibilidade não contemplada
Som 1	Acessibilidade não contemplada
Edição e Montagem	Acessibilidade não contemplada
Oficina de Argumento e Roteiro	Acessibilidade não contemplada
Documentário 2	Acessibilidade não contemplada
Edição e montagem 2	Acessibilidade não contemplada
Fotografia e Iluminação 2	Acessibilidade não contemplada

Som 2	Acessibilidade não contemplada
Produção 2	Acessibilidade não contemplada
Direção em Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Legislação, desenvolvimento e produção de projetos	Acessibilidade não contemplada
Políticas de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Pré-Projeto em Audiovisual	Acessibilidade não contemplada
Projeto Experimental	Acessibilidade não contemplada
Comunicação e Sociedade	Acessibilidade não contemplada

Fonte: Autor com base nos dados obtidos pelo site da Faculdade de Comunicação e

Matriculaweb

Quadro 4 - Acessibilidade nas ementas dos cursos de Comunicação

Organizacional.

Ética, Legislação e Responsabilidade Social	Acessibilidade não contemplada
Linguagens da Comunicação 1	Acessibilidade não contemplada
Introdução ao Planejamento	Acessibilidade não contemplada
Introdução às Teorias da Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Introdução ao Marketing	Acessibilidade não contemplada
Metodologia de Pesquisa em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Produção e Edição de Imagens	Acessibilidade não contemplada
Linguagens da Comunicação 2	Acessibilidade não contemplada
Planejamento em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Teorias da Comunicação Organizacional	Acessibilidade não contemplada
Políticas de Comunicação, Sociedade e Cidadania	Acessibilidade não contemplada
Técnicas de Jornalismo Impresso e On-Line	Acessibilidade não contemplada
Planejamento Gráfico e Visual	Acessibilidade não contemplada
Gestão Em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Planejamento e Gestão em Marketing	Acessibilidade não contemplada
Instrumentos da Comunicação Organizacional	Acessibilidade não contemplada
Criação em Comunicação e Publicidade	Acessibilidade não contemplada
Técnica de Jornalismo em Rádio e TV	Acessibilidade não contemplada
Planej. Gestão Org. Públicas Priv. Terc. Setor	Acessibilidade não contemplada
Pesquisa em Opinião e Mercado	Acessibilidade não contemplada

Roteiro, Produção e Direção WRTV	Acessibilidade não contemplada
Avaliação em Projetos de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Gestão Estrat. para a Sociedade	Acessibilidade não contemplada
Planejamento Gestão em Web	Acessibilidade não contemplada

Formatação Ger. de Projetos em Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Pré-Projeto de TCC	Acessibilidade não contemplada
Assessoria Consultoria de Comunicação	Acessibilidade não contemplada
Trabalho de conclusão de curso – TCC	Acessibilidade não contemplada

Fonte: Autor com base nos dados obtidos pelo site da Faculdade de Comunicação e Matriculaweb

Nota-se que nenhuma das disciplinas acima, fazem menção, em ementa, à temáticas relacionadas à acessibilidade, ainda que existam diretrizes que prevejam um ensino inclusivo, como por exemplo, o Documento Orientador do Ministério da Educação - MEC (2013), que pensa a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis.

Nota-se também, que há na FAC UnB, ainda que de forma espontânea, uma crescente nos debates desenvolvidos, dentro das disciplinas dos cursos de comunicação. A disciplina Campus Multimídia, que produz o jornal laboratório digital multiplataforma, Campus Online, por exemplo, ministrada pelo professor Zanei Barcellos, desenvolveu edições que contemplaram recursos de acessibilidade. Outra matéria que abordou e propôs medidas de acessibilidade foi a matéria Técnicas de Comunicação, ministrada pelo professor Wilson Leite. No entanto, a discussão sobre o assunto ainda é bastante inexpressiva.

Em julho de 2015, o curso de Jornalismo passou por uma reforma curricular, se tornando um curso independente dos demais cursos de Comunicação Social. Seguindo diretrizes divulgadas pelo Ministério da Educação, contidos na resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013, houve uma reestruturação quanto às disciplinas ofertadas, quantidade de créditos exigidos para conclusão de curso e criação de novas disciplinas, tais propostas foram apresentadas pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, em seu Projeto Político Pedagógico do curso de Graduação em Jornalismo (2015). No entanto, em ambos documentos acima citados, não estão previstas iniciativas em relação à discussão e implementação de projetos ligados à acessibilidade na comunicação ainda que tais temas sejam abordados no Documento Orientador do Ministério da Educação - MEC (2013).

5.2 Acessibilidade a espaços físicos e equipamentos

Há, nas dependências da Faculdade de Comunicação da UnB, uma quantidade considerável de equipamentos e laboratórios multimídia. Laboratório de Jornalismo, Publicidade, Informática, Áudio, Estúdio de Vídeo e, Ilhas de Edição fazem parte da estrutura contida na Faculdade. No entanto, grande parte destes se encontram no piso superior da Faculdade, impedindo o fácil acesso de pessoas com deficiência, porque não há nas instalações da Faculdade, rampas, elevadores próximos que facilitariam o acesso de pessoas com deficiência ou até mesmo dificuldade de locomoção. Não existem softwares que facilitem métodos de tradução visual como a audiodescrição e implementação de outras medidas de inclusão.

6 PROPOSTAS PARA APRIMORAR A ACESSIBILIDADE NOS CURRÍCULOS INSTALAÇÕES DA FAC

Neste capítulo propõe-se medidas de acessibilidade tanto nos espaços físicos da Faculdade de Comunicação da UnB, como nas disciplinas que são nela ofertadas.

6.1 Propostas para acessibilidade nas disciplinas

Como já discutido neste trabalho, e apresentado nos dados obtidos em relação a falta de debates voltados à acessibilidade dentro das ementas dos cursos de Comunicação da UnB, faz-se necessário propostas de melhorias no âmbito dos conteúdos das disciplinas que são atualmente ofertados. Tais melhorias, visam uma formação mais humana dos futuros comunicadores, com uma maior atenção a quem consome os conteúdos midiáticos.

Há na Universidade de Brasília, uma disciplina ofertada pelo curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas, Modalidades de Tradução Audiovisual, ofertada. Utilizando métodos e técnicas a disciplina é voltada para a tradução de conteúdos audiovisuais, tornando-os acessíveis. Tendo como ementa:

Aspectos teóricos e práticos da tradução audiovisual (TAV): legendagem, audiodescrição para cegos, e adaptação para a mídias. A pesquisa em TAV no Brasil e na Europa. Definição e terminologia. Modalidades de TAV: dublagem, legendagem, voice-over, interpretação para TV e rádio, adaptação fílmica e audiodescrição. Procedimentos tradutórios da legendagem. Procedimentos tradutórios da dublagem e do voice-over. Procedimentos tradutórios da audiodescrição. A pesquisa em TAV no Brasil e no mundo. A pesquisa em TAV na UnB.

A disciplina em questão, conversa bastante com a área da comunicação. No entanto, a matéria é restrita para alunos do curso de

Línguas Estrangeiras Aplicadas. Uma parceria entre os dois departamentos seria uma forma de ampliar o debate e inserir o debate dentro da FAC UnB.

Outra proposta em relação a questões relacionadas ao ensino, seria a inserção de debates e estudos sobre comunicação e acessibilidade, com um panorama sobre o estudo do tema no Brasil e no mundo.

Desenvolver um manual de acessibilidade da Faculdade de Comunicação da UnB, com diretrizes sobre o uso de ferramentas da tradução audiovisual, como o trabalho desenvolvido na Universidade Estadual do Cariri (UFCA), coordenado pelo professor Dr. Paulo Eduardo Silva L. Cajazeira.

Inserir discussões acerca das leis voltadas às temáticas de acessibilidade dentro de disciplinas de legislação na Comunicação, para uma maior compreensão sobre o tema e como segui-las.

Desenvolver disciplinas práticas voltadas à legendagem, audiodescrição, closed-caption e demais recursos de tradução audiovisual, com a utilização de estúdios e recursos já existentes na FAC UnB.

6.2 Propostas para acessibilidade dos espaços físicos

Os espaços físicos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, quando analisados especificamente, apresentam falhas em relação a acessibilidade no local, sendo longe do satisfatório e do que é previsto pelas iniciativas propostas pela Universidade e normas de acesso à espaços públicos, como determinações contidas na Norma Brasileira NBR 9050. Como já analisado, não há nas dependências da FAC UnB, medidas inclusivas.

Tendo em vista que grande parte dos laboratórios multimídias e salas se encontram no piso superior da Faculdade, pessoas com deficiência enfrentam uma grande barreira, por não conseguirem subir escadas, por exemplo. O acesso mais próximo, seria a rampa disposta no saguão do lcc Norte.

a) faz-se necessária uma reestruturação para fazer com que a transição e o acesso sejam fáceis e eficientes, com a implementação de medidas de acessibilidade, com a instalação de rampas e elevadores que

permitam que pessoas com algum tipo de deficiência possam transitar sem nenhum tipo de obstáculo;

b) inclusão de sinalizações norteadoras para pessoas com deficiência visual, como marcadores em alto relevo no chão, sinalizadores indicando onde a pessoa se encontra dentro dos espaços físicos da faculdade;

c) reestruturação de ambientes físicos das salas de aula para melhor acomodar pessoas com deficiência que fazem uso de cadeiras de rodas e muletas, pensando na autonomia e conforto para que, não importe qual o tipo de deficiência, consigam se locomover com segurança e praticidade;

d) inclusão de móveis acessíveis, como cadeiras e mesas, tanto das salas de aula, como os encontrados nos laboratórios e áreas de convivência;

d) instalação de softwares que deem suporte à utilização de recursos de tradução audiovisual;

e) livros e materiais didáticos em braile para serem usados como aparato de consulta e apoio, por pessoas com deficiência visual;

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que temas relacionados à acessibilidade estejam cada vez mais em discussão é possível notar que os avanços obtidos até o presente momento são pouco expressivos. Leis, normas e decretos preveem acessibilidade em suas mais variadas formas, no entanto, na prática, tais legislações acabam sendo negligenciadas e pessoas com deficiência continuam enfrentando dificuldade de acesso ao que lhe são de direito.

Quando analisamos o campo da comunicação, especificamente, percebe-se que grande parte dos veículos de TV aberta não fazem uso de medidas de acessibilidade em sua grade de conteúdo, ainda que existam normas previstas por lei. Tais veículos acabam excluindo uma parte considerável de pessoas que também consomem conteúdos midiáticos, publicidade e são uma audiência em potencial. Falta, além do olhar humano, um olhar mercadológico por parte dos profissionais da área, a fim de alcançar e levar a informação para o maior número de consumidores possível.

No entanto, como esperar uma mudança no cenário da comunicação se os futuros comunicadores não são inseridos em tais debates? Como visto neste trabalho, há uma grande lacuna no que diz respeito à inserção de discussões e estudos em grade curricular dos cursos de Comunicação da FAC UnB, foco deste trabalho, sobre temas relacionados à acessibilidade e

inclusão, fazendo com que uma mudança no cenário atual, demore ainda mais a se tornar realidade. Muito se é pensado sobre criar e produzir, mas pouco se é falado sobre quem os consome e como tornar os conteúdos acessíveis para todos. Cabe a nós, enquanto comunicadores e cidadãos, fazer com que tais normas e leis sejam cumpridas e fiscalizadas pelos órgãos públicos.

Uma sugestão de tema a ser abordado em futuras pesquisas seria analisar o motivo da não inserção de pessoas com deficiência nos espaços acadêmicos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Os mesmos não se interessam pelos cursos de comunicação ou não estudam na faculdade porque acreditam que a mesma não é acessível? Vale salientar que, a inserção de pessoas com deficiência em debates relacionado a ensino, informação e consumo são de suma importância. Uma mudança real e significativa partirá de um diálogo com mudanças que visem a inclusão e a acessibilidade de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 30/10/2017.

ABNT. **NBR 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004. 97p.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 30/10/2017.

ANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI**. Editora Autores Associados. Campinas-SP. Coleção educação contemporânea. 2004. 243p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Editora WVA. Rio de Janeiro. 2006. 174p.

GAMBIER, Yves. **La traduction audiovisuelle: un genre en expansion**. Meta journal des traducteurs/Meta: Translator's Journal, v. 49, n. 1, p. 1-11, 2004. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/meta/2004-v49-n1-meta733/009015ar/>> Acesso em 18/11/2017

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 188**, de 24 de março de 2010. Estabelece que as emissoras de televisão com sinal digital terão que apresentar pelo menos duas horas semanais o recurso da audiodescrição nas programações. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>>

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

ALVES, S. F.; TELES, V. C.; PEREIRA, T. V. **Propostas para um modelo**

brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais. Tradução e Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores, n. 22, 2011.

FRANCO, Eliana; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. **Audiodescrição: Breve Passeio Histórico.** In: MOTTA, Livia; FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição – Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

BRASIL. Associação Brasileira De Normas Técnicas. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** – 4.ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p.49. 2011.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. **Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico?** In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004

Resolução CNE/CES 1/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPT) –CURSO DE GRADUAÇÃO JORNALISMO. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. jul.,2015, pdf.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II.

2008 ISSN 1980-7031

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5t38ZqCKHazNHhZQWRWMIhKQmM/view?ts=5670b785>> . Acesso em: outubro, 2018.

ARAÚJO, V.; MONTEIRO, S.; VIEIRA, P. – **Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE): Um Estudo de Recepção com Surdos da Região Sudeste**. TradTerm, São Paulo, v. 22, Dezembro/2013, p. 283-302

FRANCO, E. C. P.; ARAUJO, V. S. **Questões Terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual**. Tradução em Revista. n.11, 2011. Disponível em: <[GLOBO.**Você sabe como funciona o Closed Caption da sua televisão?**. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/TV-Tem/De-Ponta-a-Ponta/noticia/voce-sabe-como-funciona-o-closed-caption-da-sua-televisao.ghtml>>. Acesso em outubro de 2018.](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi=)

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1995.

KAPLAN, A. **A Conduta na pesquisa**. (Metodologia para as ciências do comportamento) São Paulo: Ed. Herder e EDUSP, 1969.

CAJAZEIRA, Paulo. **Manual de Audiodescrição e Legendamento: Doze**

passo para realização de produtos audiodescritos. 2017. Disponível em:
<<http://sites.ufca.edu.br/cepejor/wp-content/uploads/sites/72/2017/05/Manual-de-AD.pdf>>. Acesso em setembro de 2018.